

A insensatez do desmanche

Rogério L. Furquim Werneck*

Shakespeare escolheu Polônio, em *Hamlet*, para imortalizar sua arguta intuição de que podia haver método na loucura. Juntando notícias das últimas semanas, é difícil evitar a sensação de que, com a desculpa da crise, o País parece tentado a levar adiante uma insensata, ainda que metódica, operação de desmanche. Um verdadeiro bota-abaixo do elaborado arcabouço institucional de condução de política econômica que a duras penas foi construído ao longo das últimas décadas. Da tentação parecem compartilhar governo, oposição, congressistas, governadores e prefeitos. Como numa festa improvisada, há amplo espaço para que cada um traga sua receita preferida de insensatez.

Não há idéias inovadoras. São apenas variações de receitas mais que do que conhecidas. Todas desastrosas. Aparelhar o Banco do Brasil e exigir que baixe juros na marra. Institucionalizar um calote escancarado das dívidas de precatórios. Reabrir a caixa de Pandora das regras que regulam os serviços das dívidas dos Estados com a União. Assegurar em lei – para que a questão não “fique dependente do humor dos governos” – que até 2023, ano após ano, o salário-mínimo tenha reajuste real equivalente à taxa de crescimento do PIB. Montar no Planalto um guichê de distribuição de recursos fiscais federais aos governos subnacionais, no melhor estilo argentino. Defender, a essa altura dos acontecimentos, que a condução da política monetária pelo Banco Central volte a ser submetida ao estrito controle do governo. Vender como política fiscal anticíclica uma queda de superávit primário que é simples acomodação de expansão explosiva de despesas recorrentes, num quadro de rápida perda de arrecadação.

Tem sido cantada em prosa e verso a relativa solidez com que até agora a economia brasileira pôde enfrentar a grave crise mundial que ganhou força ao longo dos últimos meses, graças aos bons indicadores macroeconômicos que o País ostentava no início da crise e, em larga medida, ainda ostenta. Mas boa parte da resistência que a economia mostrou ao choque desestabilizador da crise tem outra explicação: a enorme redução de incerteza que adveio da consolidação do arcabouço de regras e instituições que pautam a condução da política econômica no País, especialmente depois que ficou claro que tal arcabouço havia sobrevivido sem maiores danos ao difícil rito de passagem da transição política de 2002-2003.

Será lamentável se, depois de tudo isso, esse edifício institucional vier a ser desmantelado, na esteira de reações improvisadas a uma crise que, supostamente, o País tinha condições de enfrentar com relativo sucesso. A capacidade de resistência do

Brasil aos desdobramentos da crise poderá ser fatalmente afetada, caso se dissemine a percepção de que as regras e as instituições que respaldam a condução da política econômica estão em risco.

O governo vem tendo papel destacado nessa onda de insensatez. Particularmente preocupante é a leveza com que o Planalto se vai afastando das idéias que inspiraram a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não são só o descontrole de gastos e o desatino das novas diretivas impostas ao Banco do Brasil. As relações intergovernamentais estão malparadas.

O federalismo fiscal brasileiro está longe de ser perfeito. É cheio de problemas. Mas tudo é relativo. Para se constatar quão avançado de fato é, basta olhar em volta e compará-lo com a mixórdia do federalismo fiscal argentino. É essa a perspectiva adequada para perceber a gravidade do retrocesso que representa a decisão do Planalto de mobilizar recursos federais para distribuir agrados aos governos subnacionais. As medidas para preservá-los dos efeitos da rápida queda de receita tributária, que aflige os três níveis de governo, apontam para a argentinização do federalismo fiscal brasileiro.

Mas a oposição não fica atrás. Tem sido deprimente, por exemplo, a movimentação dos principais governadores e prefeitos de partidos opositores para aprovar no Congresso um dos mais escandalosos e ostensivos calotes de dívida pública já registrados no País. Dessa vez, sobre os detentores de precatórios. Tampouco impressionam bem as idéias da oposição sobre o Banco Central. É triste constatar que, no que diz respeito ao papel do Banco Central, a visão de Lula parece hoje bem mais lúcida do que as de muitos figurões da oposição. A isso chegamos.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.